

(0,445%) e à Secretaria de Segurança Pública (0,1235%), o que acaba por tornar sem justificativa a manutenção do percentual extra pleiteado.

Ademais, cumpre lembrar que o referido recurso concedido pela ALEPA aos órgãos da Santa Casa e SEGUP, gerou a assunção de novas obrigações para o Poder Executivo, sendo necessário mais recursos para o aumento da despesa criada, em função dos investimentos realizados e a manutenção da frota de veículos adquiridos para a polícia civil e militar.

O parágrafo 5º do artigo 17 afigura-se ainda como inconstitucional por ofensa ao art. 206, parágrafo 3º da Constituição Estadual, pois acaba por transferir um montante de recursos ao Legislativo em desacordo com o previsto inicialmente, o que evidentemente acarretará necessidade de cortes em outros programas e atividades dificultando a implementação do plano plurianual. Essas, Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados são as razões que me levaram a vetar o parágrafo 5º do artigo 17 do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros desta Douta Casa.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2010
DEMONSTRATIVO I**

LRF, art. 4º § 1º

R\$ milhares

Especificação	2010			2011			2012		
	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x100	Valor Corrente (D)	Valor Constante	% PIB (D/PIB) x100
Receita Total	11.035.070	10.524.626	18,36	12.128.156	11.024.733	18,77	13.031.477	11.304.389	18,78
Receitas Não Financeiras (I)	10.603.751	10.113.258	17,65	11.747.671	10.678.864	18,18	12.825.815	11.125.983	18,48
Despesa Total	11.035.070	10.524.626	18,36	12.128.156	11.024.733	18,77	13.031.477	11.304.389	18,78
Despesas Não Financeiras (II)	10.582.013	10.092.526	17,61	11.653.379	10.593.151	18,04	12.509.592	10.851.670	18,02
Resultado Primário (I-II)	21.738	20.732	0,04	94.291	85.713	0,15	316.222	274.313	0,46
Resultado Nominal	311.729	297.310	0,52	84.088	76.438	0,13	308.594	267.695	0,44
Dívida Pública Consolidada	4.295.665	4.096.962	7,15	4.689.560	4.262.902	7,26	5.446.746	4.724.878	7,85
Dívida Consolidada Líquida	2.780.087	2.651.490	4,63	2.864.175	2.603.591	4,43	3.172.769	2.752.275	4,57

Fonte: SEPOF/GEFIS

Nota: Valores Constantes a preços de dezembro de 2009 (IPCA) Valores para o PIB - R\$ mil

2010	60.092.000
2011	64.606.000
2012	69.405.000

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS -
2010
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS**

Pelo horizonte das contas públicas delineadas pelos indicadores fiscais utilizado nas estimativas para o triênio 2010-2012 é possível afirmar que o Estado do Pará continuará a promover ações que possibilitem a manutenção do equilíbrio fiscal, sendo necessário para a consecução desses objetivos, aprimorar ainda mais, não só as ações que permitam o crescimento das receitas próprias do Estado, como também, o maior controle sobre os gastos governamentais.

Nesse sentido, os recursos das operações de créditos que o Estado está contraindo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), serão fundamentais para que nos próximo três anos, as receitas próprias, em particular as receitas tributárias alcancem patamares mais elevados do que os registrados atualmente. Do lado dos gastos, a criação da Câmara de Custeio e algumas medidas e procedimentos tem garantido a melhoria da gestão dos gastos públicos, sendo fundamentais para que o Estado continue sua trajetória de equilíbrio fiscal.

A crise financeira mundial e seus reflexos na economia do setor público brasileiro, não permitem projetar uma trajetória de crescimento de receitas, nos níveis registrados nos exercícios anteriores, com elevação média do biênio 2007-2008 que foi de 20,49%.

Diante desses fatores, nas projeções de receitas e despesas públicas estaduais para o triênio 2010-2012, estão contidas as tendências hoje apresentadas para as principais informações econômicas e financeiras que influenciam de forma direta nos indicadores fiscais do setor público. E, apesar de entender que os indicadores fiscais tanto do Governo Federal como Estadual, apresentam solidez suficiente para absorver parte dos efeitos da crise financeira mundial, a prudência e a responsabilidade na condução dos recursos públicos, levou o Estado a adotar um horizonte menos otimista que os apresentados nos anos

anteriores.

**INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS -
2010/2012**

Indicadores	2010	2011	2012
Dólar (R\$)	2,297	2,221	1,996
IGP-DI (%)	6,58	6,25	6,04
IPCA (%)	4,85	4,92	4,79
IGP-M	6,65	6,47	6,11
TR (%)	1,90	2,04	2,12
Taxa Selic (%)	10,50	11,50	10,25
TJLP (%)	6,50	6,00	6,00
PIB - PARÁ (%)	3,54	5,23	5,79

Fonte: SEPOF

Definidos esses indicadores, como metodologia para a projeção do triênio 2010-2012 adotou-se como ponto de partida a reestimativa para as receitas e despesas do orçamento fiscal e da seguridade social do exercício de 2009, com contingenciamento em função da crise sem, contudo, abandonar o histórico de cada item de receita e despesa nem deixar de observar a influência direta de cada indicador nas peculiaridades das contas públicas estaduais.

No lado da receita, especificamente as oriundas de tributos, os principais indicadores utilizados foram: o Produto Interno Bruto (PIB), - como mensurador do desempenho das atividades econômicas -, acrescido da inflação mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde seu universo de pesquisa abrange rendimentos de até 40 salários mínimos das 10 principais maiores Regiões Metropolitanas do País, captando as oscilações de preços no varejo, o que certamente tem mais afinidade com a arrecadação dos tributos de qualquer esfera de governo. Quanto às demais receitas foram calculadas sobre a reestimativa de 2009, acrescido da inflação anual, medida pelo IPCA.

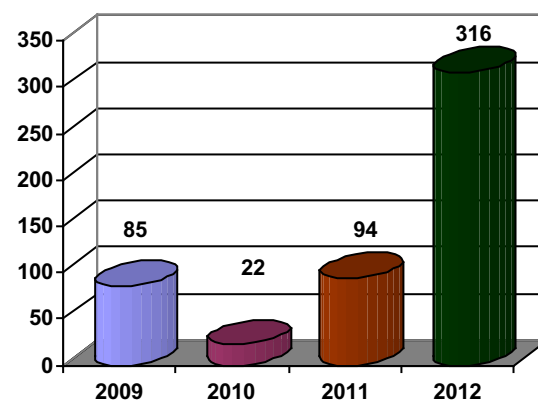
Quanto à despesa, cujos principais itens têm características bem diferenciadas, foram utilizados os seguintes indicadores:

1. Pessoal - tomou-se como base a reestimativa de 2009, dos valores de inflação, além do ingresso de novos funcionários aprovados em concursos públicos;
2. Dívida Pública - foram utilizados todos os indicadores financeiros, uma vez que cada contrato da dívida estadual tem um determinado parâmetro de correção financeira;
3. Transferências Constitucionais aos Municípios e Repasses aos Outros Poderes - foram definidos considerando os limites legais, portanto, sua vinculação ao desempenho da receita tributária;
4. Os demais itens de dispêndios - influenciados apenas pelo comportamento da inflação medida pelo IPCA.

Assim, de acordo com o Demonstrativo I, que fixa as Metas Anuais, estima-se que o resultado primário, indicador que mede a solvência do setor público, alcance patamares suficientes para o pagamento do serviço da dívida; em 2010, cerca de R\$ 22 milhões, resultado da diferença entre as receitas não financeiras na ordem de R\$ 10,604 bilhões e despesas não financeiras de R\$ 10,582 bilhões. Para os anos seguintes, 2011 e 2012, os resultados primários previstos serão de R\$ 94,3 milhões e R\$ 316,2 milhões, respectivamente.

RESULTADO PRIMÁRIO - 2009/2012

R\$ milhões



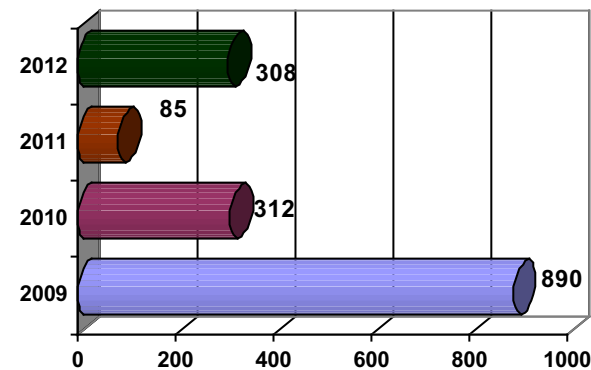
Fonte: SEFA

Quanto ao resultado nominal, que mede a variação anual do estoque da dívida, prevê-se que a dívida fiscal líquida do Governo Estadual, presente em 2010, um crescimento de 12,63%, R\$ 312 milhões em termos de recursos financeiros; em 2011, deverá crescer 3,02%. Entretanto, em 2012, com o término do

tempo de carência das novas operações de crédito e das em andamento, a dívida consolidada líquida deverá alcançar R\$ 3,02 bilhões, o que não representará nenhum perigo fiscal, uma vez que naquele exercício a receita corrente líquida estimada será de R\$ 9,5 bilhões, o que dará um coeficiente de endividamento de 0,34, muito inferior ao estabelecido pela Lei Complementar nº. 101/2000.

RESULTADO NOMINAL - 2009/2012

R\$ milhões



Fonte: SEFA

Sob outra ótica, a saúde financeira do Pará, pode também ser analisada quando se compara os dois principais indicadores de gestão com o Produto Interno Bruto (PIB). No que diz respeito ao resultado primário, a sua relação com a produção interna, ao longo do triênio 2010-2012, deverá apresentar média anual de 0,22%; indicando que o poder público estadual, mesmo contraindo novas operações de créditos, administra de forma responsável os recursos públicos, não exigindo assim esforços adicionais dos demais setores produtivos da economia para o pagamento do serviço da dívida.

Vale salientar que mesmo estimando-se o crescimento da dívida fiscal líquida até 2012, em função da contratação de novas operações de crédito, a sua relação com o PIB paraense decresce de 4,63%, em 2010, para 4,57% em 2012.

Esses resultados fiscais previstos para os anos de 2010 a 2012, evidenciam de um lado, a pujança da dinâmica da economia paraense que, impulsionada pelos investimentos estruturantes, na sua grande maioria realizada com recursos do tesouro estadual, vem apresentando taxas de crescimento superiores à média nacional. E de outro, a clara vontade do Governo Estadual de continuar mantendo uma gestão equilibrada dos recursos públicos, por entender que essa é a principal forma de levar o Estado do Pará a níveis mais elevados de desenvolvimento econômico e social.

**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO
EXERCÍCIO ANTERIOR
2010
DEMONSTRATIVO II**

LRF, art. 4º § 2º, inciso I

R\$ milhares

Especificação	I - Meta Prevista - 2008	% PIB	II-Meta Realizada - 2008	% PIB	Variação (II-I)	
					Valor	%
Receita Total	8.524.431	19,30	9.734.196	22,04	1.209.765	14,19
Receita Não Financeira (I)	8.119.184	18,38	9.476.550	21,46	1.357.366	16,72
Despesa Total	8.524.431	19,30	9.381.403	21,24	856.972	10,05
Despesa Não Financeira (II)	8.109.788	18,36	9.034.490	20,46	924.702	11,40
Resultado Primário (I-II)	9.396	0,02	442.060	1,00	432.664	4.604,77
Resultado Nominal	14.884	0,03	15.045	0,03	161	1,08
Dívida Pública Consolidada	3.174.351	7,19	2.790.958	6,32	(383.393)	(12,08)
Dívida Consolidada Líquida	2.465.854	5,58	1.578.091	3,57	(887.763)	(36,00)

Fonte: SEFA/DICONF

Obs: PIB Estimado - R\$ 41.353.000 MIL